



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0002345-03.2014.8.17.0000 (0329441-9) E HABEAS CORPUS Nº 0001819-36.2014.8.17.0000 (0327626-4)

IMPETRANTES: Plínio Leite Nunes (OAB/PE nº 23.668)

Caroline do Rego Barros Santos (OAB/PE nº 32.753)

PACIENTE: Leandro Galdino da Silva Neto

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ALEGAÇÕES DE QUE O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO E PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA NÃO FORAM ANALISADOS PELO JUIZ *A QUO*. PEDIDOS PREJUDICADOS. NULIDADE NA PRISÃO EM FLAGRANTE. SUPERVENIÊNCIA DA CONVERSÃO EM PREVENTIVA. ARGUMENTO SUPERADO. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA DO PACIENTE. PRESENÇA DOS MOTIVOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PACIENTE PRESO COM GRANDE QUANTIDADE E VARIEDADE DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS NÃO OBSTAM A MANUTENÇÃO DA PRISÃO QUANDO PRESENTES OS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CPP. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Restam superadas as alegações de que o magistrado de piso não analisou o auto de prisão em flagrante delito e o pleito de concessão de liberdade provisória ao paciente, porquanto aquele juízo já decretou a prisão preventiva do referido paciente;
2. Há de ser julgado prejudicado o pedido, cujo objeto está relacionado à nulidade da prisão em flagrante, quando, posteriormente, o Juízo de primeiro grau a converteu em prisão preventiva.
3. Verificando-se que o decreto construtivo encontra-se devidamente fundamentado, não há que se falar em constrangimento ilegal, não sendo possível a sua revogação;
4. Estando presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva, não é possível a concessão da liberdade provisória, consoante inteligência do art. 321 do Código de Processo Penal. Condições pessoais favoráveis, como primariedade, bons



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

anteriores e domicílio definido, não asseguram a liberdade provisória, quando demonstrada a necessidade de segregação cautelar;

5. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0002345-03.2014.8.17.0000 (0329441-9) e do *habeas corpus* 0001819-36.2014.8.17.0000 (0327626-4), em que figuram como impetrantes os advogados Plínio Leite Nunes e Caroline do Rego Barros Santos e como paciente **Leandro Galdino da Silva Neto**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, por decisão unânime, em denegar ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0002345-03.2014.8.17.0000 (0329441-9) E HABEAS CORPUS Nº 0001819-36.2014.8.17.0000 (0327626-4)

IMPETRANTES: Plínio Leite Nunes (OAB/PE nº 23.668)

Caroline do Rego Barros Santos (OAB/PE nº 32.753)

PACIENTE: Leandro Galdino da Silva Neto

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da F. Carvalho (Convocada)

RELATÓRIO

Foram impetrados dois *habeas corpus* em favor do paciente (Leandro Galdino da Silva Neto) tendo por objeto a mesma ação penal, o HC número 0002345-03.2014.8.17.0000 (0329441-9) e o HC número 0001819-36.2014.8.17.0000 (0327626-4). Nos dois *writs*, apontou-se como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo tombado sob o NPU 0011069-90.2014.8.17.0001.

No **HC 0327626-4**, os impetrantes narram que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 13/02/2014, em virtude da suposta prática do crime previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecentes). Afirmam que, apesar do paciente ter sido preso na data retromencionada, até o momento da impetração deste *habeas corpus*, o juízo *a quo* ainda não havia analisado o auto de prisão em flagrante delito, descumprindo desta maneira o que preceitua o artigo 310 do Código de Processo Penal.

Destacam ainda que, no dia 17/02/2014, a defesa do paciente formulou pedido de liberdade provisória em favor do mesmo, entretanto tal pleito também não foi analisado pelo magistrado do primeiro grau. Acrescentam que a petição contendo o pedido mencionado sequer foi juntada aos autos da ação penal de origem.

Alegam ainda que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, uma vez que o caso em apreço não comporta nem



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

mesmo a decretação da prisão preventiva do paciente, porquanto não estão presentes na hipótese os requisitos autorizadores constantes do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Sustentam, por fim, que deve ser concedido o benefício da liberdade provisória ao paciente, já que não existe motivo para decretar sua custódia cautelar bem como em razão do mesmo reunir condições subjetivas favoráveis à concessão da referida benesse.

Diante do exposto, requerem a concessão de medida de liminar, para o fim de assegurar ao paciente o direito de aguardar o julgamento definitivo do *writ* em liberdade. No mérito, pugnam seja concedida a ordem de *habeas corpus* para relaxar a prisão do aludido paciente e conceder a este a liberdade provisória.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 14/32.

Após a distribuição dos autos a minha relatoria e antes mesmo da apreciação do pleito liminar, os advogados atravessaram petição com pedido de desistência do *habeas corpus*, porém não juntaram instrumento procuratório com poderes para desistir. Assim, foi proferido despacho determinando que fosse juntada ao processo procuração específica para tal fim. Ocorre que os impetrantes não carregaram tal documento aos autos. Deste modo, foi determinado o prosseguimento regular do *writ*.

Posteriormente, constatou-se que os causídicos haviam impetrado outro *writ* em favor do paciente tendo o mesmo objeto do HC 0327626-4. Por isso, foi determinada a reunião dos feitos, a fim de que fossem julgados conjuntamente.

No **HC 0329441-9**, os advogados também questionam a prisão preventiva do paciente e requerem a concessão da liberdade provisória ao mesmo, como no HC 0327626-4.

Argumentam para tanto que o decreto em questão não apresenta fundamentação idônea para manutenção do paciente no cárcere e defendem que a gravidade genérica do crime e a credibilidade da justiça não são fundamentos aptos a embasar a constrição da liberdade do referido paciente. Alegam que a autoridade



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

impetrada, na decisão ora guerreada, não apontou fatos concretos que demonstrassem a existência de risco à ordem pública ou à aplicação da lei penal caso o paciente fosse solto.

Sustentam que deve ser concedido o benefício da liberdade provisória ao paciente, já que não existe motivo para manter sua custódia cautelar bem como em razão do mesmo reunir condições subjetivas favoráveis à concessão da referida benesse, como ser primário, possuir residência fixa e ocupação lícita (ser estudante universitário).

Os causídicos sustentam, por fim, a nulidade da prisão em flagrante do referido paciente.

Narram que a Lei estadual nº 14.320/2011 criou a “Gratificação Pacto Pela Vida”, a qual remunera os policiais civis e militares do Estado de Pernambuco em função de sua produtividade na Área Integrada de Segurança (AIS) e que dentre os critérios de produtividade estão a apreensão de cocaína e a prisão em flagrante de quem estiver com essa substância ou qualquer de seus derivados.

Alegam que a criação dessa gratificação é suficiente para acobertar a atuação dos policiais sob o manto da dúvida e que, em razão da legislação mencionada, o auto de prisão em flagrante delito é nulo, porquanto baseado unicamente “em depoimentos prestados por agentes públicos sob suspeição legal”.

Concluem tal alegação afirmando que “a manifesta suspeição dos agentes de polícia responsáveis pela prisão do paciente torna ilícita a prova em que baseada a autuação, impondo, nos termos do art. 157, do CPP, a sua anulação e imediata exclusão dos autos”, com o consequente relaxamento da prisão ora combatida.

Diante do exposto, requerem a concessão de medida de liminar, para o fim de assegurar ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento definitivo do *writ*. No mérito, pugnam seja concedido o *mandamus* para relaxar a prisão do aludido paciente porquanto baseada em prova ilícita e, alternativamente, pedem a revogação da prisão preventiva, “sem prejuízo da concessão de liberdade provisória e/ou medidas alternativas” ao paciente.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 20/43.

O *habeas corpus* 0329441-9 foi distribuído inicialmente à relatoria do Des. Odilon de Oliveira Neto e foi redistribuído a minha relatoria em decorrência do fenômeno da prevenção, em face de distribuição anterior de *mandamus* relativo à mesma ação penal (HC 0327626-4).

O pleito liminar foi indeferido, conforme se verifica das fls. 79/81 (dos autos do HC 0329441-9).

Após, os autos foram apensados ao HC 0327626-4 e ambos foram remetidos ao Ministério Público, ocasião em que a ilustre representante ministerial convocada, Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho, ofertou o parecer de fls. 87/90 pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Conforme relatado, foram impetrados dois *writs* em favor do paciente (HC 0329441-9 e HC 0327626-4), os quais passo a analisar a partir desse momento.

Inicialmente, cumpre mencionar por quais fatos o paciente consta como réu nos autos da ação penal tombada sob o NPU 0011069-90.2014.8.17.0001.

Compulsando os autos, verifica-se às fls. 28/29 (do HC 0329441-9), que policiais civis estavam investigando o tráfico de drogas no bairro de Boa Viagem, na cidade de Recife/PE. Durante essas investigações, receberam informações de que um indivíduo de nome "Leandro", morador da Rua Dr. Gaspar Regueira Costa, nº 129, apartamento 201, bairro de Boa Viagem, seria um conhecido distribuidor de "cocaína", "maconha" e "drogas sintéticas" em bares e boates do referido bairro.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Munidos dessas informações, os policiais montaram campana em frente à casa do então suspeito com o intuito de averiguar a informação. Por volta das 13:30h, do dia 13/02/2014, a equipe policial visualizou quando o suspeito, posteriormente identificado como sendo o paciente, saiu de sua residência, momento em que os policiais o seguiram discretamente e resolveram abordá-lo na Rua Bruno Veloso, próximo ao supermercado Comprebem, bairro de Boa Viagem.

Ao efetuarem a abordagem e revista pessoal no paciente, foram apreendidos em seu poder, no interior de uma bolsa que trazia consigo, 39 (trinta e nove) invólucros contendo "cocaína", 70 (setenta) "selos de LSD", 03 (três) comprimidos de "ecstasy" e 15 (quinze) invólucros de "maconha".

Depois de abordado, o acusado confessou que havia mais droga em sua residência e deu permissão para que os policiais adentrassem no imóvel, onde foram encontrados mais 10 (dez) invólucros de "cocaína", seis munições calibre 38 e uma balança de precisão, além da quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Diante dos fatos, o paciente foi preso em flagrante delito e encaminhado à presença da autoridade policial.

Nas informações de fls. 67/71 (dos autos do HC 0329441-9), a autoridade impetrada destacou que a custódia preventiva do paciente foi decretada em razão da gravidade da prática criminosa a ele atribuída.

Relatou ainda que o pleito de liberdade provisória realizado pela defesa do aludido paciente foi analisado e indeferido por aquele juízo, por entender que estavam presentes na hipótese os motivos autorizadores da segregação cautelar, especialmente tendo em vista a quantidade e a variedade de substâncias entorpecentes apreendidas em seu poder.

Por fim, expôs que o direito à liberdade de locomoção não deve se sobrepor ao interesse da coletividade, uma vez que o interesse social, atingido no presente caso, deve preponderar sobre a conduta criminosa em exame.

Pois bem.



901

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Em primeiro lugar, quanto à alegação de que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 13/02/2014 e até o momento da impetração do *writ* 0327626-4 o auto de prisão ainda não havia sido analisado, não tendo o magistrado *a quo* se manifestado acerca da necessidade da segregação cautelar do paciente, bem como em relação à afirmação de que havia sido interposto pedido de liberdade provisória em favor do referido paciente, o qual ainda não tinha sido analisado pelo juiz de piso, tem-se que tais pleitos restam superados, respectivamente porque, conforme informado pela autoridade impetrada, já foi decretada a custódia preventiva do paciente, assim como já foi analisado e denegado o pleito de concessão de liberdade provisória ao mesmo.

Também pelos motivos acima expostos, resta superada a argumentação de nulidade da prisão em flagrante delito, pois, como amplamente sabido, nulidades relativas ao auto de prisão em flagrante restam superadas quando há decretação da prisão preventiva do agente, como na hipótese.

Assim também entende o Superior Tribunal de Justiça, confira-se recente julgado dessa Corte nesse sentido:

RECURSO EM "HABEAS CORPUS". TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRETENSÃO DE QUE SE RECONHEÇA NULIDADE NA PRISÃO EM FLAGRANTE. SUPERVENIÊNCIA DA CONVERSÃO EM PREVENTIVA. PREJUDICIALIDADE. PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR MEDIDA DIVERSA. INADEQUAÇÃO/INSUFICIÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Há de ser julgado prejudicado o pedido, cujo objeto está relacionado à nulidade da prisão em flagrante, quando, posteriormente, o Juízo de primeiro grau a converteu em prisão preventiva. 2. Fundamento consoante a jurisprudência desta Corte. 3. Recurso em "habeas corpus", em parte, conhecido e nesta extensão não provido. (RHC 44.173/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 21/02/2014)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Resta tão somente a análise dos argumentos relativos à impugnação da prisão cautelar do paciente e a possibilidade de concessão da liberdade provisória ao mesmo.

Da análise da documentação juntada aos autos do HC 0329441-9, verifica-se às fls. 28/29 o decreto preventivo. Confira-se trecho dessa decisão:

“(...) A garantia da ordem pública que se encontra presente como requisito autorizador da segregação cautelar (art. 312 do CPP) aqui é concebida como sinônimo de harmonia e pacificação, ou, ainda, instrumento de defesa social, ou mesmo núcleo essencial do direito social à segurança. (...) Vale lembrar que o conceito de ordem pública não está adstrito apenas na prevenção da prática de fatos criminosos, mas também ao acautelamento do meio social e à credibilidade da Justiça. Não se olvida que a situação do comércio de drogas, pela nocividade que representa à sociedade, produz intensa repercussão e as suas consequências nefastas amparam a necessidade de garantia da ordem pública, justificando a prisão cautelar. Veja-se que a quantidade de droga apreendida nos autos sugere, com nitidez, a hipótese acentuada de tráfico. Como se sabe, fatos dessa natureza provocam insegurança no seio da sociedade e põem em relevo a credibilidade da justiça. Aliás, a credibilidade da justiça sempre está posta em cheque diante de fatos que causam tamanha perplexidade para comunidade, a qual observa inerte atividade extremamente nociva. (...)”

Posteriormente, o magistrado processante indeferiu pleito de concessão de liberdade provisória ao paciente, por entender que se mantiveram incólumes os fundamentos constantes do decreto de prisão preventiva, conforme se verifica da decisão de fls. 76/77 (HC 0329441-9):

“(...) Vislumbramos que, in casu, permanecem os requisitos autorizadores à manutenção da prisão preventiva do autuado, vez que além dos indícios suficientes de autoria e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

comprovação da materialidade delitiva, tal segregação revela-se necessária para a garantia da ordem pública. Tal garantia, que se encontra presente como requisito autorizador da segregação cautelar (art. 312 do CPP) aqui é concebida como sinônimo de harmonia e pacificação, ou, ainda, instrumento de defesa social, ou mesmo núcleo essencial do direito social à segurança. Como se sabe, fatos dessa natureza provocam insegurança no seio da sociedade e põem em relevo a credibilidade da justiça. Aliás, a credibilidade da justiça sempre está posta em cheque diante de fatos que causam tamanha perplexidade para comunidade, a qual observa inerte atividade extremamente nociva. No caso em apreço, a segregação cautelar é medida de adequada prudência, sob pena de degradação da confiança na justiça. Vislumbro a necessidade de se garantir a ordem pública ante a presença do *periculum libertatis*, evidenciado pela periculosidade in concreto do acusado que foi flagrado em posse de cocaína e de maconha o que demonstra, neste momento processual, a necessidade de manutenção da prisão preventiva. (...)

De fato, a gravidade concreta da conduta imputada ao paciente (tráfico ilícito de entorpecentes), revelada pela quantidade e diversidade de substâncias entorpecentes apreendidas em seu poder (39 (trinta e nove) invólucros contendo “cocaína”, 70 (setenta) “selos de LSD”, 03 (três) comprimidos de “ecstasy” e 15 (quinze) invólucros de “maconha”), justificam a necessidade de sua segregação cautelar com o escopo de proteger a ordem pública.

Ademais, foram encontrados na residência do paciente 10 (dez) invólucros de “cocaína”, seis munições calibre 38 e uma balança de precisão, além da quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), o que ratifica o entendimento acima firmado.

Nessas condições, o Superior Tribunal de Justiça vem reiteradamente decidindo que é considerada idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na natureza e na quantidade de drogas apreendidas, como na espécie. Confira-se precedente nesse sentido:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

104

(...) II - Demonstrados os requisitos necessários para a decretação da prisão processual, de rigor sua manutenção, porquanto a garantia da ordem pública encontram-se devidamente fundamentada na natureza e quantidade da droga apreendida e no *modus operandi* empregado na prática do crime, em que foi localizado no interior do veículo conduzido pelo Acusado 20,09 gramas de cocaína, divididos em 25 papelotes, além de um revólver calibre 38, sem o devido registro, evidenciando a acentuada periculosidade do Recorrente para o meio social. Precedentes. III - A presença de condições favoráveis, tais como residência fixa, primariedade e ocupação lícita, embora devam ser devidamente valoradas, não são suficientes, por si sós, para obstar a decretação da prisão cautelar, quando, devidamente embasada nos fundamentos do art. 312 do Código de Processo Penal, esta mostrar-se necessária. (...) (RHC 46.503/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 14/05/2014)

Diante do exposto, observa-se que a custódia cautelar do paciente encontra alicerce em elementos concretos constantes dos autos, os quais evidenciam a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública, hipótese autorizadora prevista no artigo 312 do CPP, não havendo qualquer constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do paciente.

Por fim, resta consignar que, havendo elementos hábeis a justificar a custódia provisória para garantia da ordem pública, não é possível a concessão da liberdade provisória, consoante inteligência do art. 321 do Código de Processo Penal. Condições pessoais favoráveis, como o paciente ser primário, de bons antecedentes e possuir domicílio definido, não asseguram a liberdade provisória, quando demonstrada a necessidade de segregação cautelar.

Comungando do entendimento acima firmado, a ilustre Procuradora de Justiça convocada, Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho, assim se manifestou no parecer de fls. 87/90 (nos autos do HC 0329441-9):



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

“(…) Assim sendo, identifica-se, no presente caso, a presença de fundamento apto a manter a excepcional prisão cautelar, qual seja, a garantia da ordem pública, haja vista restar evidenciada a periculosidade do paciente – ante a gravidade do delito configurada pela quantidade de droga apreendida, devendo, pois, preponderar o interesse da coletividade. (…)”

Em face de tudo o que foi exposto, e de acordo com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife 28 de maio de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator